



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

Ofício n. 024/2024-GOC/COP.

Brasília, 17 de abril de 2024.

Ao Exmo. Sr.
 Senador **Rodrigo Pacheco**
 Presidente do Senado Federal
 Brasília - DF

Assunto: Indicações. OAB. Conselho Nacional do Ministério Público.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. as indicações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a composição do **Conselho Nacional do Ministério Público**, quanto ao biênio que se iniciará no ano em curso.

Após a adoção dos procedimentos previstos no Provimento n. 206/2021, desta Entidade, em sessão extraordinária realizada no dia 15 do mês em curso, o Conselho Pleno escolheu os nomes do advogado **Auriney Uchôa de Brito** inscrito na OAB/Ceará sob o n. 17.953 e na Seccional da OAB/Amapá sob o n. 1.348-A, e da advogada **Greice Fonseca Stocker**, inscrita na OAB/Rio Grande do Sul sob o n. 67.887.

. Na oportunidade, ao registrar que a documentação dos advogados acompanha o presente ofício, na forma do art. 383, I, "b", do Regimento Interno dessa Casa, colho o ensejo para renovar a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
 Presidente do Conselho Federal da OAB



Conselho Federal
Brasília - D.F.

DECLARAÇÃO

(Art. 4º I, V, e Art. 6º, II, "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g", do Provimento 206/2021 do CFOAB)

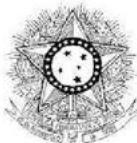
EU, AURINEY UCHÔA DE BRITO, **DECLARO**, para os devidos fins, **QUE** me disponho a aceitar eventual indicação ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e estou ciente dos requisitos, deveres e restrições concernentes ao exercício da função ao qual concorro; **QUE** assumo o compromisso de respeitar os direitos e prerrogativas do advogado, não praticar nepotismo, nem agir em desacordo com a moralidade administrativa e com os princípios do Código de Ética e Disciplina da OAB, no exercício do mister; **QUE** me comprometo a não postular a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive; **QUE** sou sócio unicamente da sociedade AURINEY BRITO ADVOCACIA; **QUE** possuo regularidade fiscal nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, conforme certidões anexas; **QUE** não figuro como réu em nenhuma ação judicial, cível, criminal ou de qualquer outra natureza; **QUE** as ações judiciais que figuro como autor, tratam-se das indenizatórias nº 6025165-80.2023.8.03.0001, nº 60086-41.2023.8.03.0001, em trâmite perante o Juizado Especial Cível de Macapá-AP, tendo como demandada a Empresa Equatorial Energia. **QUE** nunca atuei como Membro de Juízos, Tribunais, Conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras ao longo dos últimos 5 (cinco) anos; **QUE** não sou membro do Congresso Nacional e nem posso parentesco com membros do Poder Legislativo Federal; **QUE** não exerço atividade diretiva no Conselho Federal da OAB; **QUE** minha única relação de parentesco com integrante do Sistema OAB é com a Conselheira Federal pela OAB/AP, Advogada Aurilene Uchôa de Brito (Irmã).

Macapá-AP, 20 de Fevereiro de 2024.

AURINEY UCHOA
DE
BRITO:70445478268

Assinado de forma digital
por AURINEY UCHOA DE
BRITO:70445478268
Dados: 2024.02.23
22:11:08 -03'00'

AURINEY UCHÔA DE BRITO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AURINEY UCHOA DE BRITO

CPF: 704.454.782-68

Certidão nº: 11644013/2024

Expedição: 20/02/2024, às 16:04:17

Validade: 18/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AURINEY UCHOA DE BRITO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **704.454.782-68**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS
E DE DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

Identificação do requerente: **AURINEY UCHOA DE BRITO**

CNPJ/CPF: **704.454.782-68**

R.G. :

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado do Amapá cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e/ou inscrições em Dívida Ativa do Estado junto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da SEFAZ e da PGE registrados no Sistema de Administração Tributária Estadual - SATE.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, devendo ser confirmada através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.ap.gov.br.

Esta Certidão é válida por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão.

Emitida à 10:28:49 do dia 22/02/2024.

Código de controle da certidão: A8DE-AA1B-D101-25A6.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado do Amapá.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AURINEY UCHOA DE BRITO
CPF: 704.454.782-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:17:45 do dia 22/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/08/2024.

Código de controle da certidão: **DE23.B4CE.2483.97D2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

Página: 1/1

Rua PROCOPIO ROLA, nº, CENTRO - 68900-07
Email: contato@macapa.ap.gov.br Fone:(96)98802-1186

Nº: 137167/2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - IMOBILIÁRIA



4381190080663202414449186

NOME Auriney Uchoa de Brito		CÓDIGO DO CADASTRO 80663		
CPF/CNPJ 704.454.782-68	RG/INSCR. ESTADUAL [REDACTED]		INSCRIÇÃO MUNICIPAL 01.009.078.0015.000	
MATRÍCULA	SITUAÇÃO ATIVO	SETOR 9	QUADRA 078	LOTE 0015

ENDEREÇO

[REDACTED]

FINALIDADE
Regularidade Municipal

OBSERVAÇÃO:

Emissão: 18/04/2024.

Impressão: 18/04/2024.

Validade: 18/05/2024.

Observações

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. **ATENÇÃO** : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

A certidão somente terá validade quando não apresentar rasuras, emendas, ou borrões, ficando condicionada a veracidade da mesma, exclusivamente, pelo aceitante no endereço eletrônico: <http://www.tributosnet.com.br/macapa/portal>



23/02/2024

Número: 6008600-41.2023.8.03.0001

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: 2º Juizado Especial Cível Central de Macapá

Última distribuição : 26/07/2023

Valor da causa: R\$ 27.483,52

Assuntos: DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AURINEY UCHOA DE BRITO (AUTOR)	VICTOR HUGO MIRANDA CAVALCANTE (ADVOGADO)
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA (REU)	ARTHUR VICTOR SA LIMA (ADVOGADO) FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO)

Documentos		
Id.	Data da Assinatura	Documento
57962 33	22/02/2024 16:21	Habilitação nos autos
57962 34	22/02/2024 16:21	CEA Kit Hab. Proc - Atos-Carta de Preposição atualizado em 22-01-2024 (1)
57800 29	20/02/2024 14:55	Habilitação nos autos
57800 30	20/02/2024 14:55	CEA Kit Hab. Proc - Atos-Carta de Preposição atualizado em 22-01-2024 (1)
57660 14	18/02/2024 12:55	Mandado de intimação
57485 27	15/02/2024 10:33	Decisão
55485 62	26/01/2024 08:23	Aditamento à Inicial
55485 63	26/01/2024 08:23	Doc. 01 - Faturas 09 a 11.2023
55485 64	26/01/2024 08:23	Doc. 02 - Inicial com aditamento - 02.2023 a 11.2023 - 2610604
54878 80	11/01/2024 22:44	Intimação
54810 31	11/01/2024 12:59	Decisão
51736 34	06/11/2023 13:04	Despacho
51730 10	31/10/2023 10:36	Termo de Audiência
51736 25	31/10/2023 10:36	audiência de conciliação
51723 07	31/10/2023 08:54	Contestação
51723 08	31/10/2023 08:54	TOI UC 2610604
51723 14	31/10/2023 08:54	faturas com reavisos
51723 15	31/10/2023 08:54	historico medição auriney

51723 18	31/10/2023 08:54	2610604Laudo	Documento de Comprovação
51189 59	30/10/2023 07:26	Pedido de Redesignação de Audiência	Petição
51189 60	30/10/2023 07:26	Comprovante Viagem	Comprovante
49306 07	06/10/2023 11:43	Certidão - Oficial de Justiça	Certidão
48529 38	20/09/2023 16:53	Petição	Petição
48529 39	20/09/2023 16:53	23.11.21 - AGE CEA - Fechamento - Arquivada	Atos Constitutivos da Pessoa Jurídica
48529 37	20/09/2023 16:45	Habilitação nos autos	Petição
48508 29	20/09/2023 15:06	Mandado de intimação	Mandado de intimação
48345 88	19/09/2023 14:41	Despacho	Despacho
48345 65	19/09/2023 09:46	Termo de Audiência	Termo de Audiência
48345 78	19/09/2023 09:46	8600_41	Mídia de audiência
48332 83	19/09/2023 01:49	Pedido de Redesignação de Audiência	Petição
48332 84	19/09/2023 01:49	Doc. 01 - comprovante viagem	Outros Documentos
40050 69	09/08/2023 22:00	Certidão	Certidão
39896 55	04/08/2023 08:57	Mandado de citação e intimação	Mandado de citação e intimação
39895 46	04/08/2023 08:47	Certidão	Certidão
39813 81	02/08/2023 13:27	Decisão	Decisão
39507 40	24/07/2023 11:54	Decisão	Decisão
39095 40	13/07/2023 11:43	Petição	Petição
39089 28	13/07/2023 10:29	Despacho	Despacho
39071 66	12/07/2023 14:05	Petição Inicial	Petição Inicial
39071 74	12/07/2023 14:05	Doc. 01 - procuracao	Procuração
39071 75	12/07/2023 14:05	Doc. 02 - RG e CPF	Cédula de identidade
39071 76	12/07/2023 14:05	Doc. 03 - Relatorio de Faturas	Outros Documentos
39071 77	12/07/2023 14:05	Doc. 04 - Faturas em Processo Judicial	Outros Documentos
39071 80	12/07/2023 14:05	Doc. 05 - Passagens aereas	Outros Documentos
39071 81	12/07/2023 14:05	doc. 06 - comprovante de residencia	Comprovante de Endereço



23/02/2024

Número: 6025165-80.2023.8.03.0001

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: 6º Juizado Especial Cível da Zona Sul de Macapá

Última distribuição : 18/12/2023

Valor da causa: R\$ 12.322,58

Assuntos: Fornecimento de Energia Elétrica

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AURINEY UCHOA DE BRITO (AUTOR)	VICTOR HUGO MIRANDA CAVALCANTE (ADVOGADO)
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA (REU)	FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO)

Documentos		
Id.	Data da Assinatura	Documento
57753 44	20/02/2024 09:13	Termo de Audiência
54815 25	10/01/2024 14:14	Habilitação nos autos
54815 26	10/01/2024 14:14	CEA Kit Hab. Proc - Atos-Carta de Preposição atualizado em 27-11-2023
54678 02	05/01/2024 18:46	EVIDENCIA DO CUMPRIMENTO DE LIMINAR
54678 01	05/01/2024 18:23	Habilitação nos autos
54487 70	21/12/2023 10:07	Certidão
54427 35	19/12/2023 10:31	Mandado de intimação
54427 27	19/12/2023 10:27	Intimação
54394 99	19/12/2023 10:04	Decisão
54376 06	18/12/2023 09:46	Petição Inicial
54376 08	18/12/2023 09:46	Doc. 01 - procuracao
54376 09	18/12/2023 09:46	Doc. 02 - RG e CPF
54376 10	18/12/2023 09:46	Doc. 03 - Comprovante Endereco
54376 11	18/12/2023 09:46	Doc. 04 - Fatura 10.23
54376 12	18/12/2023 09:46	Doc. 05 - Energia Solar
54376 13	18/12/2023 09:46	Doc. 06 - Termo de Parcelamento
54376 14	18/12/2023 09:46	Doc. 07 - Jurisprudencia



26/02/2024

Número: **6008600-41.2023.8.03.0001**

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: 2º Juizado Especial Cível Central de Macapá

Última distribuição : 26/07/2023

Valor da causa: R\$ 27.483,52

Assuntos: DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AURINEY UCHOA DE BRITO (AUTOR)		VICTOR HUGO MIRANDA CAVALCANTE (ADVOGADO)	
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA (REU)		ARTHUR VICTOR SA LIMA (ADVOGADO) FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58099 72	26/02/2024 14:00	Certidão	Certidão



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Amapá
2º Juizado Especial Cível Central de Macapá

CERTIDÃO EXPLICATIVA - OBJETO/PÉ

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO:

Processo N°.: 6008600-41.2023.8.03.0001 (PJe)

Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Incidência: [DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica]

AUTOR: AURINEY UCHOA DE BRITO

REU: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ

Certifico que, não obstante a virtualização dos processos e considerando que todos os feitos virtuais podem ser acessados pelas partes e advogados no site do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, e considerando pedido do requerente **AURINEY UCHOA DE BRITO** no ID **5799148**, CPF: 704.454.782-68, procedo à expedição desta certidão a fim de explicar detalhadamente o objeto da lide dirimido nos autos do processo em epígrafe, o qual se trata de ação de **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**. As partes litigantes são **AURINEY UCHOA DE BRITO** e **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**. Ambas as partes possuem patronos constituídos nos autos. O processo inicialmente foi distribuído para a 5ª Vara do Juizado Especial Cível - Norte, sendo declinada a competência para a 2ª Vara do Juizado Especial Cível, conforme decisão proferida no ID **3950740**. Foi prolatada decisão de concessão de tutela de urgência e determinada designação de audiência inaugural de conciliação (ID 3981381). A parte ré foi citada/intimada em 9/8/2023 (ID 4005069). O autor requereu a redesignação da audiência de conciliação agendada para o dia 19/9/2023 (ID 4833283), sendo o pleito deferido por este Juízo por ocasião do mencionado ato, conforme constou no ID 4834565. Houve novo pedido de redesignação da audiência de conciliação pelo autor, consoante se pode inferir no ID 5118959. Contestação anexada no ID 5172307. A audiência aprazada para o dia 31/10/2023 foi realizada (ID 5173010), não sendo nela apreciado o pleito de redesignação acostado no ID 5118959, diante de que vieram os autos conclusos para análise, inclusive



quanto ao pedido formulado pela parte requerida no ato processual em referência. Quanto aos pedidos em comento, foi prolatada decisão no ID 5481031, com acolhimento do pedido do autor e determinada nova designação de audiência, a qual foi marcada para o dia 28/2/2024 às 8h21min. No ID 5548562, o autor apresentou aditamento à inicial para inclusão de novas faturas, sendo o pleito deferido por este Juízo (ID 5748527), e quanto a esta decisão foi expedido mandado de intimação para a parte ré (5766014). Carta de preposição e instrumento procuratórios foram novamente anexados pela parte requerida nos ID's 5780030 e 5796234. No ID 5799148, o requerente solicitou a expedição da competente certidão de objeto e pé concernente ao presente feito. Após houve manifestação da parte requerida, pugnando pela desconsideração das habilitações encartadas nos ID's 5780029 e 5796233 (ID 5799461). Atualmente o processo está concluso para despacho.

Macapá/AP, 26 de fevereiro de 2024.

RUTH GIGLIOLA BARBOSA DOS SANTOS DIAS

Chefe de Secretaria



Assinado eletronicamente por: RUTH GIGLIOLA BARBOSA DOS SANTOS DIAS - 26/02/2024 14:00:59

<https://nfe.tst.jus.br/142/1a/Protocolo/ConsultaDocumento/leitura.aspx?v=24022614005047400000005780850>

Num. 5809972 - Pág. 2

Proc. 49.0000.2024.001599-2 - ID#7056813 - Página 3 de 3. VALDINEZ BARBOSA DE MACEDO - Protocolo - 27/02/2024.



Poder Judiciário - Tribunal de justiça do Estado do Amapá
6º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA ZONA SUL DE MACAPÁ
AC Zona Sul, Rua Clodomiro de Moraes, s/n, Novo Buritizal, Macapá - AP - CEP: 68904-970
Balcão virtual: <https://us02web.zoom.us/j/9915457120>

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nº do processo: 6025165-80.2023.8.03.0001

Autor: AURINEY UCHOA DE BRITO

Réu: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA - CNPJ: 05.965.546/0001-09

Data da Distribuição: 18.12.2023

Valor da Causa: R\$ 12.322,58 (doze mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Objeto da Ação: Refaturar a fatura ref. 10/2023 e Indenizatória por Danos Morais.

Certifico, a pedido da parte ré **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA**, que tramita neste Juízo o processo acima especificado. A fase de conciliação encerrou-se no dia 20.02.2024 e o feito encontra-se aguardando designação de nova data para audiência de Instrução e Julgamento para data mais próxima possível.

Macapá/AP, 26 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JORGE INGLES NEPOMUCENO
Data: 26/02/2024 11:52:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Ingles Nepomuceno
Chefe de Secretaria em exercício



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

Ofício n. 031/2024-GOC/COP.

Brasília, 24 de abril de 2024.

Ao Exmo. Sr.
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Indicações. OAB. Conselho Nacional do Ministério Público. Complementação de documentação.

Senhor Presidente.

Em complemento à documentação enviada a V.Exa. por intermédio do Ofício n. 024/2024-GOC/COP, de 17 de abril de 2024, relativo às indicações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público no biênio que se iniciará no ano em curso, encaminho a documentação do advogado **Auriney Uchôa de Brito** inscrito na OAB/Ceará sob o n. 17.953 e na Seccional da OAB/Amapá sob o n. 1.348-A, e da advogada **Greice Fonseca Stocker**, inscrita na OAB/Rio Grande do Sul sob o n. 67.887, conforme solicitado por e-mail.

Colho o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral
Presidente do Conselho Federal da OAB



Auriney Uchôa de Brito

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/8655860303469092>

Última atualização do currículo em 23/02/2024

Resumo informado pelo autor

Amapaense. Advogado. Professor de Direito. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho-RJ, Especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra - Portugal, Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Direito-SP, Mestre em Direito na Sociedade da Informação pela UniFMU-SP e Doutorando em História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Investigador nomeado do Departamento de Teoria e História do Direito da Universidade de Lisboa. Estudou Direito Penal Europeu e Internacional na George-August Universität Gottingen, na Alemanha. É conferencista, já tendo ministrado Palestras no Brasil e no exterior, a exemplo do Seminário Internacional de Combate ao Crime e garantias constitucionais, na Corte Europeia de Direitos Humanos em Strasbourg, França e do Curso de Direito Luso-Brasileiro, realizado pela Universidade de Lisboa. É Professor do Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal da Escola Paulista de Direito-EPD em São Paulo e da Faculdade CEAP no Amapá. Foi Membro da Comissão de Direito na Sociedade da Informação da OAB-SP e Membro Consultor da Comissão de Crimes de Alta tecnologia da OAB/SP. Foi Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia do Amapá (2015) e por um mandato foi Vice-Presidente da OAB/AP (2016-2018). Em 2018 assumiu interinamente a Presidência e em seguida foi eleito Presidente da OAB/AP para a gestão 2019-2021. Posteriormente, foi Reeleito Presidente para o mandato 2022-2024. Foi Membro da Escola Nacional de Advocacia e Membro da Coordenação Nacional de Exame da Ordem. Atualmente é o Presidente da Comissão Nacional de Energia do CFOAB. É Membro da Academia Cearense de Direito, Presidente da Academia de Letras Jurídicas do Amapá e Membro da Academia Brasileira de Direito, Titular da cadeira n° 20. É escritor, autor de diversos artigos e livros publicados, com destaque para as Obras "Direito Penal Informático" e "Propaganda Eleitoral na Internet", ambos publicados pela editora Saraiva.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome: Auriney Uchôa de Brito

Dados pessoais

Filiação: Manoel de Jesus Ferreira de Brito e Maria Aurea Uchôa de Brito

Nascimento: [REDACTED]

Carteira de Identidade: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Formação acadêmica/titulação

- 2010** Doutorado em Doutorado em Direito Penal.
Universidad de Buenos Aires, UBA, Buenos Aires, Argentina
Título: Segurança Informática e a tutela penal dos bens jurídicos supraindividuais
Orientador: -
- 2017** Doutorado em Doutoramento em Direito Romano.
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Título: Raízes da Corrupção na Sociedade Romana
Orientador: Eduardo Augusto Vera-Cruz Pinto
- 2009 - 2010** Mestrado em Mestrado em Direito na Sociedade da Informação.
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU, São Paulo, Brasil
Título: Criminalidade Informática na Sociedade da Informação - Tutela penal da Criança e do Adolescente na internet, Ano de obtenção: 2011
Orientador: Augusto Eduardo de Souza Rossini 
- 2008 - 2009** Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal.
Escola Paulista de Direito, EPD, São Paulo, Brasil
Título: Apontamentos sobre a criminalidade informática
- 2008 - 2008** Especialização em Especialização em Direito Penal e Processual Penal.
Universidade Gama Filho, UGF, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Liberdade Provisória para crimes hediondo e equiparados
- 2008 - 2008** Especialização em Direito Penal Econômico e Europeu.
Universidade de Coimbra, UC, Coimbra, Portugal
Título: Direito Penal Tributário e a Missão do Direito Penal no Estado Democrático de Direito
- 2001 - 2005** Graduação em Direito.
Centro Universitário Fanás Brito, FB UNI, Fortaleza, Brasil
Título: Prisões Processuais à Luz do Princípio da Presunção do Estado de Inocência

Formação complementar

- 2008** Extensão universitária em LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006). (Carga horária: 12h).
Escola Paulista de Direito, EPD, São Paulo, Brasil
- 2016 - 2016** Extensão universitária em International and European Criminal Law. (Carga horária: 40h).
Georg-August Universität Gottingen, UG, Alemanha
- 2010 - 2010** Extensão universitária em Intensivo de Direito Eleitoral. (Carga horária: 60h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasília, Brasil
- 2009 - 2009** Extensão universitária em Reforma do Processo Penal. (Carga horária: 12h).
Escola Paulista de Direito, EPD, Brasil
- 2008 - 2008** Extensão universitária em REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. (Carga horária: 6h).
Escola Paulista de Direito, EPD, São Paulo, Brasil

Atuação profissional

1. Ordem dos advogados do Brasil Secção Amapá - OAB/AP

Vínculo institucional

2022 - Atual Vínculo: mandato eletivo , Enquadramento funcional: Presidente, Regime: Parcial

2019 - 2022 Vínculo: mandato eletivo , Enquadramento funcional: Presidente, Regime: Parcial

2016 - 2018 Vínculo: mandato eletivo , Enquadramento funcional: Vice-Presidente, Regime: Parcial

2015 - 2015 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Diretor Adjunto, Regime: Parcial

2014 - 2015 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Convidado, Regime: Parcial

2. Escola Superior de Advocacia do Amapá - ESA/AP

Vínculo institucional

2015 - Atual Vínculo: Institucional , Enquadramento funcional: Diretor-Geral, Regime: Parcial

3. Auriney Brito Advocacia - AB

Vínculo institucional

2018 - Atual Vínculo: Sócio , Enquadramento funcional: Sócio Fundador , Carga horária: 44, Regime: Integral

4. Damásio Educacional - DAMÁSIO

Vínculo institucional

2021 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Convidado, Regime: Parcial

5. INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA - IDP

Vínculo institucional

2017 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor, Regime: Parcial

6. Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

7. Escola Paulista de Direito - EPD

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor de direito penal, Regime: Parcial

8. Escola Madre Tereza e Faculdade Madre Tereza - MADRE TEREZA

Vínculo institucional

2022 - 2023

9. Universidade do Estado do Amapá - UEAP

Vínculo institucional

2021 - 2022

10. FCA - Faculdade Cristã da Amazônia - FCA

Vínculo institucional

2021 - 2021

11. Faculdades de Macapá - FAMA

Vínculo institucional

2013 - 2014 Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

12. Faculdade Estácio de Macapá - Estácio Macapá

Vínculo institucional

2010 - 2012 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor Universitário , Carga horária: 40, Regime: Integral

13. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU

Vínculo institucional

2009 - 2010 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Pesquisador

14. Brito Advogados Associados - B. A. A.

Vínculo institucional

2006 - 2018 Vínculo: Advogado , Enquadramento funcional: Advogado, Regime: Parcial

Projetos

Projetos de pesquisa

2009 - 2010 Efeticação jurisdicional estatal

Descrição: O projeto de pesquisa investiga a influência da sociedade da informação no processo, enquanto via estatal para distribuição da justiça, em sua função de instrumento de solução de conflitos, investigando o aperfeiçoamento da jurisdição pelas ferramentas informáticas. Se é certo que, se o Estado tem o dever de prestar a jurisdição, como uma das formas específicas de solução dos conflitos de interesses, é igualmente exato que a jurisdição deve efetiva. Daí ser importante compreender em que consiste a jurisdição estatal e o que se deve entender por efetividade da tutela jurisdicional. Nesse contexto, serão investigadas as modernas técnicas processuais voltadas à efetividade da tutela jurisdicional, procurando compreender a natureza instrumental do direito processual e tendo em conta os diversos perfis dos direitos materiais. Em consonância com a linha a que se vincula, a pesquisa procurará identificar os parâmetros para a efetiva atuação dos sujeitos do processo, tendo em conta os reflexos do avanço tecnológico e da acelerada distribuição da informação que caracterizam a sociedade contemporânea. O projeto objetiva promover uma visão generalizante do fenômeno processual, desde o ponto de vista da tecnologia. A necessidade de generalização decorre da própria teologologia de uma teoria geral, unindo aspectos cíveis e penais diante da necessidade de uma reengenharia da concepção do fenômeno processual, em razão do advento do processo telemático e da necessidade de sua universalização. Observa-se que o estudo da estrutura processual contemporânea, como até então concebida numa amplitude secularizada, está a exigir urgentes alterações para se adaptar à nova realidade da virtualização: a telematização do processo e sua eficácia social. Por essa taxonomia, o fenômeno da virtualização do processo constitui-se num princípio, situado no âmbito do direito cibêmático, mas que, por si só, estrutura o mecanismo do engendramento de uma nova jurisdição.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Auriney Uchôa de Brito (Responsável);

Número de produções C,T & A: 3/

Projeto de ensino

2022 - 2023 CURSO DE DIREITO FACULDADE MADRE TEREZA

Situação: Concluído Natureza: Projeto de ensino
É um projeto em cooperação com: Instituição de Ensino.

O projeto possui ações inovadoras no(a): Graduação.

Em relação a temática: Ensino e aprendizagem.

Objetivos e metas: Primeiro curso de Direito do Município de Santana para capacitação jurídica local

Integrantes: Auriney Uchôa de Brito (Responsável); Hevenize Andrade

2021 - 2021 Pós-Graduação em Direito e Gestão Eleitoral

Descrição: Planejamento e Coordenação pedagógica do Curso de Pós-Graduação em Eleitoral da Faculdade Cristã da Amazônia

Situação: Concluído Natureza: Projeto de ensino

É um projeto em cooperação com: Instituição de Ensino.

Em relação a temática: Ensino e aprendizagem.

Objetivos e metas: capacitação teórica e prática em advocacia eleitoral

Integrantes: Auriney Uchôa de Brito (Responsável);

2021 - 2022 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSO DA UEAP

Situação: Concluído Natureza: Projeto de ensino

É um projeto em cooperação com: Instituição de Ensino.

O projeto possui ações inovadoras no(a): Especialização.

Em relação a temática: Ensino e aprendizagem.

Objetivos e metas: Capacitação teórica e prática em advocacia previdenciária

Integrantes: Auriney Uchôa de Brito (Responsável); KATIA PAULINO

Membro de corpo editorial

1. REVISTA LIBERDADES

Vínculo

2014 - 2020 Regime: Parcial

Áreas de atuação

1. Direito

Prêmios e títulos

2023 Moção de Aplausos Assembléia Legislativa do Amapá, Assembléia Legislativa do Amapá

- 2023** Placa de Reconhecimento pela Defesa de Prerrogativas e Interiorização da Advocacia, CFOAB
- 2022** Medalha 90 Anos CFOAB, CFOAB
- 2022** Relevantes Serviços Prestados à Justiça Federal, Justiça Federal Amapá
- 2021** Medalha 75 anos da CAA/BA, CAA/BA
- 2019** Comenda Desembargador Leal de Mira, Abracrim
- 2019** Placa de Reconhecimento Pelos Serviços Prestados à Advocacia Pública, APROMA
- 2019** Tucuju de Ouro - Hours Concurs - Personalidade do Ano, Grupo Conceito Comunicação
- 2018** Mérito da Advocacia Amapaense, Câmara Municipal de Macapá

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- 1.** BRITO, AURINEY U.
Lei do feminicídio: Entenda O que mudou. JusBrasil., v.1, p.1 - , 2015.
- 2.** BRITO, AURINEY U.
Compartilhar Ofensas na Internet também é crime?. JusBrasil., v.1, p.1 - , 2013.
- 3.** BRITO, AURINEY U.
Você já conhece o Direito ao Esquecimento?. JusBrasil., v.1, p.1 - , 2013.
- 4.** BRITO, AURINEY U.; SILVA, I. L. M.
O valor da Fiança: ilicitude ou ilícitude, balizadas pela razoabilidade. Boletim IBCCRIM., v.1, p.50 - , 2012.
- 5.** BRITO, AURINEY U.
Direito Penal Tributário e a missão do direito penal no estado democrático de direito. Revista dos Tribunais (São Paulo, Impresso)., v.V, p.117 - , 2011.
- 6.** BRITO, AURINEY U.; BRITO, Alessandro de Jesus Uchoa de.
Prerrogativas dos Advogados, garantia de cidadania.. Revista Jurídica Consulex., v.337, p.52 - 53, 2011.
- 7.** BRITO, AURINEY U.
Crimes do Colarinho Branco. Âmbito Jurídico., v.XIII, p.7042 - , 2010.
- 8.** BRITO, AURINEY U.
Crimes do Colarinho Branco: 70 anos de luta contra a desigualdade no sistema penal.. Revista Jurídica Consulex., v.312, p.44 - 46, 2010.
- 9.** BRITO, AURINEY U.
Propaganda Eleitoral na Internet. Revista Jurídica Consulex., v.327, p.54 - 56, 2010.
- 10.** BRITO, AURINEY U.
Sobre a Tipicidade da Cola Eletrônica. Revista Jurídica Consulex., v.315, p.22 - 24, 2010.
- 11.** BRITO, AURINEY U.
Direito Penal Tributário e a Missão do direito Penal no Estado Democrático de Direito. Revista dos Tribunais (São Paulo), v.886, p.427 - 444, 2009.
- 12.** BRITO, AURINEY U.
O Bem-jurídico Penal dos Delitos Informáticos. Boletim IBCCRIM., v.ano 17, p.14 - 15, 2009.

Livros publicados

- 1.** BRITO, AURINEY U.; LEMOS, Ronaldo
Marco Civil da Internet. São Paulo: Atlas, 2014, v.1. p.820.
- 2.** BRITO, AURINEY U.; LONGHI, João Victor Rozzati.
Propaganda Eleitoral na Internet. São Paulo: Saraiva, 2014, v.1. p.197.
- 3.** BRITO, AURINEY U.; Vasques, Leandro Duarte; Santiago, Nestor Eduardo; Oliveira, Bruno Queiroz
30 anos da Lei de Execução Penal - Evolução Doutinária, Jurisprudencial e Legislativa. Florianópolis: Conceito, 2014, v.1. p.343.
- 4.** BRITO, AURINEY U.
Direito da sociedade da Informação - Temas Relevantes. S: Quartier Latin, 2013, v.1. p.630.
- 5.** BRITO, AURINEY U.
Direito Penal Informático. São Paulo: Saraiva, 2013, v.1. p.189.
- 6.** BRITO, AURINEY U.; ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza
Crimes Financeiros e Correlatos. São Paulo: Saraiva, 2011, v.1. p.312.

Livros organizados

- 1.** BRITO, AURINEY U.
Estudos Jurídicos em Homenagem à Professora Luciana Uchôa Esteves. BRASÍLIA: OAB, 2021, v.1. p.750.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

- 1.** BRITO, AURINEY U.
Garantias Constitucionais no Combate ao Crime In: XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, 2017, São Paulo.
XXIII Conferência Nacional da Advocacia., 2017. v.ii.
- 2.** BRITO, AURINEY U.
Poder da Mídia: Uma análise do Direito Penal na Sociedade da Informação In: XVIII Congresso Nacional de Pós-Graduação - CONPEDI, 2009, São Paulo.
Anais do XVIII Congresso Nacional de Pós-Graduação - CONPEDI., 2009.

Artigos em revistas (Magazine)

- 1.** BRITO, AURINEY U.
Características do Sistema de Precedentes no Direito Brasileiro. Revista Diretriz do TJAP. Macapá, p.56 - 70, 2022.

Apresentação de trabalho e palestra

- 1.** BRITO, AURINEY U.
Advocacia como Instrumento do Direito e da Justiça, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

2. BRITO, AURINEY U. Análise Histórico-criminológica da violência Doméstica, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
3. BRITO, AURINEY U. Atuação na redução de Desigualdade de Gênero no Sistema de Justiça, 2023. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
4. BRITO, AURINEY U. Delação Premiada: Vícios e Virtudes, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
5. BRITO, AURINEY U. Gestão de Precedentes Qualificados no CPC, 2023. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
6. BRITO, AURINEY U. Importância da Saúde Mental da Advocacia, 2023. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
7. BRITO, AURINEY U. Mecanismo de Fortalecimento do Ensino Jurídico, 2023. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
8. BRITO, AURINEY U. Mulher Advogada - Abrindo portas para um novo momento institucional, 2023. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
9. BRITO, AURINEY U. O CyberStalking do 147-A Como espécie de Perseguição contra Mulher, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
10. BRITO, AURINEY U. Penalidades para os Crimes de Violência doméstica, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
11. BRITO, AURINEY U. Prerrogativas: Valorização e Fortalecimento da Advocacia, 2023. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
12. BRITO, AURINEY U. Análise Jurídica do Metaverso, 2022. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
13. BRITO, AURINEY U. Crimes Eleitorais praticados pela Internet, 2022. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
14. BRITO, AURINEY U. Histórico e Mecanismos de Combate à Violência contra a mulher, 2022. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
15. BRITO, AURINEY U. Prerrogativas da Advocacia Criminal, 2022. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
16. BRITO, AURINEY U. Universo Empoderador da Mulher Advogada, 2022. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
17. BRITO, AURINEY U. Garantias Constitucionais e Humanitárias no Combate do Crime, 2021. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
18. BRITO, AURINEY U. LGPD - Novo Nicho para a Advocacia, 2021. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
19. BRITO, AURINEY U. Advocacia e Magistratura na Pandemia - Um diálogo necessário, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
20. BRITO, AURINEY U. Advocacia, Pandemia e Democracia, 2020. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
21. BRITO, AURINEY U. Desafios da Jovem advocacia no Mercado de Trabalho, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
22. BRITO, AURINEY U.; CABRAL, J. A. S. Exame da Ordem: Antes e Depois da Aprovação, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
23. BRITO, AURINEY U. Futebolização do Direito, da Democracia e da Pandemia, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
24. BRITO, AURINEY U. LockDown: Atuação do Judiciário e da Advocacia na Pandemia, 2020. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
25. BRITO, AURINEY U. Prerrogativas da Advocacia após a nova Lei de Abuso de Autoridade, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
26. BRITO, AURINEY U. Racionalidade e Equidade na Justiça, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
27. BRITO, AURINEY U. Reconstrução do Direito Penal Pós-Pandemia, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
28. BRITO, AURINEY U. I Conferência de Direito Tributário - Criminalização do ICMS, 2019. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
29. BRITO, AURINEY U. Prisão e Liberdade no Atual Sistema Jurídico, 2019. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
30. BRITO, AURINEY U. A Gênese da Corrupção no Brasil, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
31. BRITO, AURINEY U. Chega de Silêncio: Vamos Falar de Assédio, 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
32. BRITO, AURINEY U. Presunção de inocéncia e Execução Provisória da Pena, 2018. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
33. BRITO, AURINEY U. Colóquio de Direito Cibernético, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
34. BRITO, AURINEY U. Crimes Cibernéticos nas Campanhas Eleitorais, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
35. BRITO, AURINEY U. Desafios Constitucionais e humanitários no combate à Corrupção, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
36. BRITO, AURINEY U. Desafios da Advocacia Criminal na Era Lava Jato, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
37. BRITO, AURINEY U. Desafios no Cenário de Instabilidade da segurança pública, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

38. BRITO, AURINEY U. Direito Penal e Liberdade de Expressão, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
39. BRITO, AURINEY U. Elementares do crime de Feminicídio, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
40. BRITO, AURINEY U. Fraternidade e Respeito a Dignidade Humana, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
41. BRITO, AURINEY U. Garantias Constitucionais e Humanitárias no Combate do Crime, 2017. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)
42. BRITO, AURINEY U. Garantias Constitucionais e Humanitárias no Combate do Crime, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
43. BRITO, AURINEY U. I Encontro de Direito Luso Brasileiro, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
44. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral e o Marco Civil da Internet, 2015. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
45. BRITO, AURINEY U. Autodeterminação Informacional e a Poluição do meio ambiente Digital, 2014. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
46. BRITO, AURINEY U. Desafios do Direito na Pós-Modernidade, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
47. BRITO, AURINEY U. Influência da Mídia no Direito Penal, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
48. BRITO, AURINEY U. Prerrogativas da Advocacia Pública e Privada, 2014. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
49. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral e o Marco Civil da Internet, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
50. BRITO, AURINEY U. Poder da Mídia: Uma análise do Direito Penal na Sociedade da Informação, 2009. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Demais produções bibliográficas

1. BRITO, AURINEY U. Assistente de advocacia ou paralegal: O que você pensa a respeito?. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
2. BRITO, AURINEY U. cavernas sociais: intolerância, violência e politicagem na internet. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
3. BRITO, AURINEY U. Como o google pode interferir nas eleições 2014. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
4. BRITO, AURINEY U. Compartilhar ofensas e mentiras também é crime?. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
5. BRITO, AURINEY U. Lei 12971/14 e as novas regras para homicídio culposo e racha no trânsito. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
6. BRITO, AURINEY U. Penso, logo posto. Qual o meu limite?. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
7. BRITO, AURINEY U. Qual o limite da sua opinião na Internet?. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
8. BRITO, AURINEY U. Reforma do Código Penal e o futuro dos crimes cibernéticos. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2014. (Outra produção bibliográfica)
9. BRITO, AURINEY U. Violência urbana e criminalidade Juvenil: Somos Todos Culpados. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
10. BRITO, AURINEY U. você já conhece o direito ao esquecimento?. Artigo. , 2014. (Outra produção bibliográfica)
11. BRITO, AURINEY U. Análise da Lei 11.737/12 Lei 'Carolina Dieckmann'. Artigo. , 2013. (Outra produção bibliográfica)
12. BRITO, AURINEY U. Black Friday: Dicas de segurança para compras on-line. Artigo. São Paulo:atualidades do direito, 2013. (Outra produção bibliográfica)
13. BRITO, AURINEY U. Cutucar usuário no facebook pode levar à cadeia. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2013. (Outra produção bibliográfica)
14. BRITO, AURINEY U. O valor da fiança: Licitude e ilicitude, balizadas pela razoabilidade. Artigo. , 2013. (Outra produção bibliográfica)
15. BRITO, AURINEY U. Apontamentos sobre a Teoria dos Crimes do Colarinho Branco. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2012. (Outra produção bibliográfica)
16. BRITO, AURINEY U. Da ação penal para Crimes relacionados à Lei Maria da Penha após decisão do STF. Artigo. SP:Atualidades do Direito, 2012. (Outra produção bibliográfica)
17. BRITO, AURINEY U. Pelo Dia Internacional da Não Violência contra mulher. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2012. (Outra produção bibliográfica)
18. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral na Internet para Eleições 2012. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2012. (Outra produção bibliográfica)
19. BRITO, AURINEY U. Caso Marcelinho Paraíba e o Crime de estupro após o advento da Lei nº 12.015/09. Artigo. São Paulo:Atualidades do Direito, 2011. (Outra produção bibliográfica)
20. BRITO, AURINEY U. Os perigos da Internet para crianças e adolescentes. Artigo. SP:Atualidades do Direito, 2011. (Outra produção bibliográfica)
21. BRITO, AURINEY U.; ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza Cartilha da Propaganda Eleitoral na Internet Para as Eleições de 2010. Cartilha. São Paulo:OAB-SP, 2010. (Outra produção bibliográfica)
22. BRITO, AURINEY U. Da (Des) necessidade de representação nos crimes de lesão leve qualificada pela violência

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. BRITO, AURINEY U. Advogado Investidor, 2022
2. BRITO, AURINEY U. Crimes na internet, 2014
3. BRITO, AURINEY U. Direito Penal Informático, 2014
4. BRITO, AURINEY U. Marco Civil da Internet, 2014
5. BRITO, AURINEY U. Marco Civil da Internet e Propaganda Eleitoral, 2014
6. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral na Internet, 2014
7. BRITO, AURINEY U. cuidados nas compras pela internet, 2013
8. BRITO, AURINEY U. Crimes praticados pela internet, 2012
9. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral a Internet, 2012
10. BRITO, AURINEY U. Propaganda Eleitoral na internet, 2012
11. BRITO, AURINEY U. Casa do albergado inadequada garante ao preso prisão domiciliar, 2011
12. BRITO, AURINEY U. Delitos Informáticos, 2009

Demais produções técnicas

1. BRITO, AURINEY U.; oliveira, rosiene o. ; NEPOMUCENO, A. P. D. DA C. ; CABEÇA NEVES, KATIA F. O. ; ARAÚJO, R. O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA FAMAT, 2021. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)
2. BRITO, AURINEY U. Atuação em Operações Policiais - Prisão e Liberdade, 2019. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
3. BRITO, AURINEY U. Atuação em Operações Policiais - Prisões e medidas Cautelares, 2019. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
4. BRITO, AURINEY U. Curso de Oratória, 2017. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
5. BRITO, AURINEY U. Prisões e Medidas Cautelares no Processo Penal, 2017. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
6. BRITO, AURINEY U. Prática de Operações da Polícia Federal, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
7. BRITO, AURINEY U. Curso de Teoria e Prática de Juizado Especial Criminal, 2012. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas**Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização**

1. moisés costa moreira. Corrupção Passiva. 2010. Monografia (Direito) - Faculdade Estácio de Macapá
2. Larissa Costa. O Crime de estupro após o advento da lei 12.015/09. 2010. Monografia (Direito) - Faculdade Estácio de Macapá

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Elaine Cristina de Souza Albuquerque. Função ressocializadora da Prisão no Atual sistema penitenciário amapaense. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Estácio de Macapá
2. Michele Cristina Vilhena Canto. O Sistema Penitenciário numa visão sociológica. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Estácio de Macapá

Demais trabalhos

1.  BRITO, AURINEY U. Direito Penal Tributário e a Missão do Direito Penal no Estado Democrático de Direito, 2008.
2. BRITO, AURINEY U. Liberdade Provisória para autores de crimes hediondo e equiparados, 2008.
3. BRITO, AURINEY U. Prisões Processuais à Luz do Princípio da Presunção do Estado de Inocência, 2005.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Moderador no(a) I Congresso Digital COVID-19 - Repercussões Jurídicas na Pandemia, 2020. (Congresso)
Repercussões Jurídicas e Sociais na Pandemia.
2. Conferencista no(a) I Encontro Jurídico e Fraterno do Amapá, 2013. (Encontro)
A Influência da mídia no Direito Penal.
3. Conferencista no(a) I encontro Nacional de Ciências Penais, 2013. (Encontro)
Direito Penal Informático.
4. Conferencista no(a) Congresso Nacional de Direito e Saúde, 2012. (Congresso)
Aspectos sociais e jurídicos do Aborto.
5. Conferencista no(a) Curso de Teoria e Prática de Juizado Especial Criminal, 2012. (Outra)
Lei de julgados especiais criminais - Teoria e Prática.
6. Conferencista no(a) Seminário de Direito Processual Penal 2011, 2011. (Encontro)
Monitoramento Eletrônico de condenados.
7. Conferencista no(a) Aspectos da jurídicos da mídia e direito a informação, 2010. (Seminário)
A influencia da mídia no Direito Penal.
8. Conferencista no(a) Congresso de Direito da Universidade Federal do Amapá, 2010. (Congresso)
Crime e modernidade: A influência da mídia na criação, aplicação e execução das normas penais..
9. Conferencista no(a) Curso de Capacitação para delegados de polícia, 2010. (Seminário)
Criminalidade Informática.
10. Apresentação Oral no(a) Internet e Eleições: Defesa da Dignidade da Pessoa Humana na Sociedade da Informação., 2010. (Seminário)
Propaganda Eleitoral na Internet nas eleições de 2010.
11. Homenageado no(a) Propaganda Eleitoral na Internet e suas repercussões penais, 2010. (Congresso)
Propaganda Eleitoral na Internet e suas repercussões penais.
12. Moderador no(a) Seminário Direitos Humanos no século XXI, 2010. (Seminário)
Ressocialização no Sistema Penitenciário amapaense.
13. 15 Seminário Internacional de Ciências Criminais, 2009. (Seminário)
14. 14 Seminário Internacional de Ciências Criminais, 2008. (Seminário)
15. 1º Ciclo de debates - O novo CC e seus reflexos no direito do trabalho, 2004. (Seminário)
16. Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes, 2004. (Congresso)
17. Desenvolvimento Humano e Inclusão Social, 2003. (Seminário)
18. Filosofia, arte, literatura e poesia na formação profissional, 2003. (Simpósio)
19. I Semana de estudos em direito penal, 2003. (Oficina)
20. I encontro de Pesquisa e Iniciação à docência, 2003. (Encontro)
21. II Semana Universitária da Faculdade Farias Brito, 2003. (Congresso)
22. II ciclo de palestras sobre profissões jurídicas, 2003. (Encontro)
23. Movimentos sociais e desenvolvimento sustentável, 2003. (Simpósio)
24. Projeto Casos Jurídicos da Faculdade Farias Brito, 2003. (Oficina)
25. Seminário Internacional Direito, Razão, e Ética, 2003. (Seminário)
26. Simpósio de Direito Civil - As Inovações trazidas pelo NCCB, 2003. (Simpósio)
27. A supremacia da Constituição, 2002. (Encontro)
28. Controle de constitucionalidade, 2002. (Encontro)
29. Direitos Sociais na Constituição de 88, 2002. (Encontro)
30. I ciclo de palestras sobre profissões jurídicas, 2002. (Encontro)
31. I semana Universitária da Faculdade Farias Brito - Estudos em homenagem ao Professor Paulo Bonavides, 2002. (Congresso)
32. Ordem Econômica na Constituição de 88, 2002. (Encontro)
33. Projeto Casos Jurídicos da Faculdade Farias Brito, 2002. (Oficina)

Organização de evento

1. BRITO, AURINEY U.
I Seminário de Advocacia Eleitoral, 2018. (Congresso, Organização de evento)
2. BRITO, AURINEY U.
Semana Estadual do Meio Ambiente, 2018. (Congresso, Organização de evento)
3. BRITO, AURINEY U.
Democracia e a Mulher Brasileira, 2017. (Congresso, Organização de evento)
4. BRITO, AURINEY U.
I Encontro Nacional de Direito Processual Civil - O Novo CPC, 2016. (Congresso, Organização de evento)
5. BRITO, AURINEY U.
Seminário Novo Código de Processo Civil, 2016. (Congresso, Organização de evento)

6. BRITO, AURINEY U.
II Encontro Nacional de Ciências Jurídicos Penais, 2015. (Congresso, Organização de evento)
7. BRITO, AURINEY U.
III Seminário de Ciências Criminais - Delação Premiada e Devido Processo Legal, 2015. (Congresso, Organização de evento)
8. BRITO, AURINEY U.
Curso de Teoria e Prática de Juizado Especial Criminal, 2012. (Outro, Organização de evento)

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Graduação

1. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Marcio Luiz Nazareno. *A prisão Preventiva sob o enfoque de seus fundamentos e da finalidade de sua decretação*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
2. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Carla Marinho Pimenta. *A Transação Penal e as consequencias de seu descumprimento*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
3. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Jade Tavares da Silva. *Aplicação pratica da nova lei de alimentos*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
4. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Rosileia Lobato Pinheiro Feijó. *Aspectos Procedimentais da Lei 11.340/2006 - Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
5. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Deolinda Wanderecy França Miranda. *Assedio Sexual na relação de trabalho*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
6. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Moises Costa Moreira. *Crime de Corrupção Passiva no Código Penal brasileiro*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
7. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Larissa Santos da Costa. *Dignidade Sexual: O estupro após o advento da lei 12.015/09*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
8. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Elaine Cristina de Souza Albuquerque. *Função ressocializadora da Prisão no Atual sistema penitenciário amapaense*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
9. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Michele Cristina Vilhena Canto. *O Sistema Penitenciario numa visão sociológica*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá
10. BRITO, AURINEY U.
Participação em banca de Regina Lucia dos Santos Valente. *Pedofilia: Aspectos Negativos na Legislação Vigente*, 2010
(Direito) Faculdade Estácio de Macapá

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 24/04/2024 às 12:13:41.

Brasília-DF, 22 de abril de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal – Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, apresento a Vossa Excelência um breve relato sobre minha origem, trajetória profissional, formação acadêmica e atributos morais exigidos para esta candidatura ao cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público**, missão para a qual fui honrosamente indicado pelo Conselho Federal da OAB.

Sou advogado amapaense, casado com a Suale e Pai da Manuela de 5 anos. Professor, Mestre e Doutorando em Direito, atual Presidente (licenciado) da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Amapá.

Iniciei minha carreira na Advocacia em 2005, em Fortaleza-CE, cidade onde concluí o curso de Direito. Em 2008 firmei residência em São Paulo, onde me dediquei aos estudos de pós-graduação, mestrado e iniciei a carreira no magistério, na função de Professor Auxiliar na Disciplina de Direito Penal Econômico na FMU/SP. No mesmo período, pelos idos de 2009, iniciei minha colaboração com as comissões de apoio à advocacia, ainda na OAB/SP.

Em 2010 retornei ao seio familiar no Estado do Amapá, dando continuidade aos serviços jurídicos e sociais através do Escritório de Advocacia, Ensino Jurídico, gestão da Advocacia e trabalhos benéficos, onde continuo até os dias atuais.

Em 2014 iniciei meu trabalho junto à OAB/AP, primeiramente como palestrante e Professor convidado da Escola Superior de Advocacia, depois como gestor, na condição de Diretor Adjunto da ESA, em 2015. Em 2016 fui eleito Vice-Presidente da OAB/AP e, em 2018, assumi interinamente a Presidência até o final do mandato. Em 2019 fui eleito Presidente. Em 2021, reeleito Presidente para a atual gestão (2022-2024).

Em âmbito nacional colaborei com o ensino jurídico da OAB como Membro da Escola Nacional de Advocacia na gestão do Presidente Cláudio Lamachia, como Membro da Coordenação Nacional do Exame da Ordem e Escola Nacional de Advocacia, na gestão do Presidente Felipe Santa Cruz. Atualmente sou Presidente da



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

Comissão Especial de Energia do Conselho Federal da OAB, na gestão do Presidente Beto Simonetti.

Além da OAB, exerço atividades como Membro efetivo do Instituto dos Advogados brasileiros - IAB, Membro da Associação brasileira de Advogados criminalistas - ABRACRIM, dentre outras relevantes instituições jurídicas brasileiras.

Academicamente, além das pós-graduações, mestrado (FMU/SP) e Doutorado (FDULisboa), Estudei Direito Penal Internacional e Europeu na George-August Universität Göttingen, na Alemanha e sou Pesquisador do Departamento de Ciências Histórico-Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Tenho muito orgulho dessa trajetória acadêmica, produções científicas enumeradas no currículo em anexo, mas o fator que apresento como legitimador desta **candidatura ao Cargo de Conselheiro do CNMP**, é, sem dúvida, a experiência como gestor da advocacia. Foi caminhando pelos fóruns, delegacias, penitenciárias que pude conhecer a realidade e peculiaridades regionais do nosso sistema de justiça e segurança pública.

Honramos três mandatos à frente da gestão da advocacia com dedicação absoluta ao aperfeiçoamento das relações jurídicas, gerenciamento de crises, capacitação dos profissionais e Defesa dos Direitos e Prerrogativas, da cidadania e da advocacia, sempre com muito respeito ao Estado de Direito, à história e independência dos poderes e instituições da república.

Foi esse perfil equilibrado que me conduziu por esses 19 anos de vida profissional e pessoal sem ter respondido qualquer processo cível ou criminal, sem punições disciplinares no âmbito da profissão ou envolvimento em qualquer outro fato que desabone minha trajetória, até chegar este honroso momento, em que a Ordem dos Advogados do Brasil me reconhece como digno de representar a advocacia brasileira no Conselho Nacional do Ministério Público.

Diante do Exposto, Senhor Presidente, pedimos seu voto de confiança, aprovação e apoio para a efetivação desta indicação da OAB, oportunidade em que, desde já, expresso meu compromisso pessoal de seguir honrando a Advocacia, o Congresso Nacional e Estado Democrático de Direito.



Auriney Uchôa de Brito
Advogado



DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins que se fizerem necessários, que não sou Membro do Congresso Nacional, não sou Membro do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios, e que não tenho Cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, membro desses poderes.

Brasília, 23 de abril de 2024.

Assinado de forma digital por
AURINEY UCHOA DE BRITO:70445478268
Dados: 2024.04.23 20:16:36
-03'00'
AURINEY UCHÔA DE BRITO
Advogado – OAB/AP 1348-A



DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins que se fizerem necessários, que nunca sofri sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como a inexistência de qualquer processo ou procedimento em andamento neste sentido.

Brasília, 23 de abril de 2024.

AURINEY UCHOA DE
BRITO:70445478268

Assinado de forma digital por
AURINEY UCHOA DE
BRITO:70445478268
Dados: 2024.04.23 20:15:50 -03'00'

AURINEY UCHÔA DE BRITO
Advogado – OAB/AP 1348-A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Rua General Rondon, 1295, Centro, Macapá - Amapá - Brasil

CERTIDÃO CÍVEL E CRIMINAL

Incluídos os processos da Auditoria Militar

Com exceção de processos de execução penal tramitando do SEEU

VALIDADE DE 90 (NOVENTA) DIAS

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição desde 05/10/1991 até a presente data, que em desfavor de:

AURINEY UCHOA DE BRITO

Nascimento 10/12/1981

CPF 704.454.782-68

RG [REDACTED] P

Mãe [REDACTED]

Pai [REDACTED]

NADA CONSTA

MACAPÁ-AP, 20/02/2024 03:58.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente via Internet, de acordo com Ato Conjunto nº 310/2014-GP/CGJ (Estadual - 1º e 2º graus);
- b) as informações do CPF e RG são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e dest
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (www.tjap.jus.br)
- d) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no protocolo da Justiça do Amapá, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário co
- e) o código de rastreio para validação deste documento é 120903194CJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

34893978/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

AURINEY UCHOA DE BRITO

OU

CPF n. 704.454.782-68

Certidão emitida em 20/02/2024, às 16:05:25 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 20/02/2024, às 07:25:12;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 20/02/2024, às 07:25:12.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 34893978



Código de Validação: 92F1 C522 437E EB5A 9D20 1775 11CC 7653

Data da Atualização: 20/02/2024, às 07:25:12

20/02/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1^a REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

34893999/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

AURINEY UCHOA DE BRITO

OU

CPF n. 704.454.782-68

Certidão emitida em 20/02/2024, às 16:05:54 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1^a Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6^a Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1^a Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1^a Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1^a Região e Juris) até 20/02/2024, às 07:25:12;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1^a Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 20/02/2024, às 07:25:12.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 34893999

Código de Validação: C6B7 C020 0C2B 5A87 A7D9 D824 BF5D B3BC

Data da Atualização: 20/02/2024, às 07:25:12

